

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em fevereiro de 2020 a Área Metropolitana de Lisboa (AML) lançou um concurso público a propósito da concessão do serviço de transportes públicos para a área metropolitana de Lisboa, excluindo os serviços de âmbito municipal do Barreiro, Cascais e Lisboa. Este concurso foi segmentado em quatro lotes separados, dois para a margem norte e dois para a margem sul do Tejo. A verba a concurso para o conjunto dos quatro lotes deverá ascender a cerca de 1 200 milhões de euros.

Segundo o Jornal Económico, o prazo de candidaturas terminou no dia 2 de dezembro, e foram apresentadas oito propostas, contemplando todos os lotes, pelo que nenhum ficou deserto.

De acordo com a mesma fonte, o lote 1, relativo à área geográfica dos concelhos da Amadora, Oeiras, Sintra, incluindo ligações a Cascais, Lisboa e exterior da Área Metropolitana de Lisboa, recebeu apenas uma única proposta da Vimeca/Scoturb. detidas pela família de origens brasileiras do empresário Jacob Barata.

Também no lote 2, que engloba os municípios de Mafra, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, incluindo interligações a Lisboa e ao exterior da AML, apenas apresentou proposta a Rodoviária de Lisboa, empresa do Grupo Barraqueiro.

Por outro lado, no lote 3 e lote 4, o número de propostas fixaram-se em 4 e 2, respetivamente. Para além destes últimos, os restantes lotes (1 e 2) foram alvo de apenas uma proposta, o que levanta questões sobre a efetiva capacidade de obter a melhor oferta disponível no mercado para este serviço. Mais, a ausência de propostas nestes lotes levanta dúvidas sobre práticas que podem provocar distorções com impactos reais no preço e na qualidade do serviço de transporte público.

É por isso que a fraca qualidade dos serviços de transporte providenciados pela Vimeca/Scotturb e Rodoviária de Lisboa, entre outras, já motivaram várias perguntas ao governo por parte deste Grupo Parlamentar. São frequentes os atrasos e interrupções de carreiras, os

veículos são antigos e pouco confortáveis, e até ao momento os resultados continuam aquém das necessidades das populações, que merecem um serviço público de qualidade e verdadeiramente universal.

Por estes motivos, o Bloco de Esquerda entende que o serviço de transportes deve ser estritamente público, gerido e financiado pelo Estado no desempenho da função estratégica que reforce os objetivos de coesão territorial, transição energética e gestão da mobilidade nos grandes centros urbanos.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Tendo em conta a importância e dimensão do concurso público internacional em questão, considera o Governo requerer, junto da Autoridade da Concorrência, uma avaliação sobre o concurso?
3. Considerando a necessidade de investimento na modernização das frotas das concessionárias em causa, que medidas específicas entende o Governo tomar para garantir a mobilidade em conforto e segurança nos concelhos referentes ao lote 1 e 2, bem como nas ligações rodoviárias aos concelhos vizinhos através dos transportes públicos das empresas que concorreram a estes lotes?
4. Que medidas está o Governo a tomar de forma a evitar o incumprimento dos horários e os atrasos constantes nos transportes públicos das empresas privadas de transportes coletivos que operam na área metropolitana de Lisboa?

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)